

É necessário defender a Universidade Pública!

Daniel Garcia

Desde a definição da autonomia financeira, em 1989, houve uma grande perda salarial: para atingirmos o patamar de poder aquisitivo anterior àquela data, precisaríamos de um reajuste superior a 40%. A perda acumulada desde aquela época até hoje pode estar na casa dos R\$ 500 mil em valores atuais!

Note que essa perda salarial é calculada apenas com base no poder aquisitivo e, portanto, não considera o aumento da renda per capita no período — o que corresponde, por exemplo, ao surgimento de vários novos itens de consumo, tais como telefones celulares, computadores etc., ou ao aumento dos custos de outros bens já existentes, tais como moradia.

Quando esse arrocho salarial teve início, por volta de 1990, várias pessoas já alertavam para o perigo de acontecer com as universidades o mesmo que já havia acontecido com a educação básica pública, uma enorme perda salarial que logo se refletiu não apenas na deterioração das condições de vida e trabalho, mas, também, na falência do sistema, com custos incalculáveis para a sociedade.

Quinquênios, sexta-parte e a progressão na carreira não

se materializaram em melhoria da qualidade de vida, como esperavam aquelas pessoas que faziam parte do corpo docente antes de 1989, mas apenas compensaram parcialmente a deterioração salarial. Para muitas das que ingressaram em anos mais recentes, os baixos salários fizeram com que a progressão na carreira se transformasse, mais e mais, em um objetivo salarial e não em uma satisfação intelectual ou dever profissional.

Sobrecarga

Essa redução salarial já seria, por si só, intolerável. Entretanto, a situação é ainda mais grave, pois ocorreu num período em que aumentou muito a carga de trabalho, sendo que o corpo docente das universidades estaduais permaneceu estagnado ou cresceu muito pouco quando comparado com o crescimento do número de estudantes, em especial na pós-graduação.

Além disso, o aumento da produção cultural, científica e tecnológica das universidades estaduais no período foi muito grande, qualquer que seja o critério usado para aferir-la: formação de mestres e doutores, publicação de livros e trabalhos científicos, produção artística e cultural em geral etc.



Assembléia de 19/5 repudiou o índice do Cruesp

Assim, a redução salarial e a deterioração das condições de trabalho ocorreram simultaneamente ao aumento da contribuição de docentes e funcionários para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

Timidez

Nesse mesmo período, sucessivas administrações muito pouco contribuíram para a defesa das condições de trabalho e de estudo nas universidades públicas estaduais. As reitorias, com raras exceções, sempre foram tímidas

ou ausentes na defesa do necessário aumento de recursos para as universidades, em especial por ocasião da discussão e definição desses recursos nas sucessivas LDO.

Também não encontramos as administrações das três universidades estaduais nas discussões do Plano Estadual de Educação. Raramente as encontramos, no passado, nas lutas em defesa do desenvolvimento da educação, da ciência e tecnologia quando da elaboração da Constituição Estadual, ou na defesa do aumento

de 0,5% para 1,0% da arrecadação de impostos para a Fapesp. Esse mesmo absentismo talvez explique a ausência dessas reitorias na luta efetiva contra o enorme sucateamento da educação básica paulista.

Essa situação exige que aumentemos o nível de nossas lutas e mobilizações, não apenas em defesa de nossas condições de trabalho e salário, mas também da universidade pública e do desenvolvimento científico, cultural e educacional do Estado e do país.

Assembléia Geral da Adusp

26/5, 3ª feira, 17h, no Anf. da Geografia

Pauta: avaliação da necessidade de greve, considerando o resultado das negociações e a reforma da carreira docente

Mais críticas à carta da Reitoria sobre o Gatilho

A carta circular da reitoria, GR/248, referente à Ação do Gatilho, continua gerando manifestações. O *Informativo Adusp* continua a ouvir professores descontentes com o teor da carta.

Professor do Departamento de Fisiologia do ICB, Fábio Bessa Lima enxerga má-vontade política da Reitoria em relação ao pagamento do gatilho: “A carta é estranha, porque o que consta, pelo menos, é que a Reitoria tem que cuidar de como tem que

ser feito o pagamento. Não empurrar para a Adusp”.

“Eu acho muito estranho que o pessoal mande essa carta com aqueles termos. Aquilo só confirma que realmente a coisa é mais séria. A idéia que me passa é de que eles não vão pagar”, aventa Lima. “Ou a atual Reitora vai empurrar com a barriga para o próximo reitor. E o próximo vai fazer a mesma coisa, já que ela foi bem sucedida em não pagar”, afirma o professor, que nota que a ação já havia transitado em julgado

quando a professora Suely Vilela assumiu a Reitoria.

“Problema ético”

O professor Olácio Dietzsch, do Instituto de Física, reclama: “Não entendi qual é o objetivo da Reitoria, ao mandar a carta naqueles termos. O despacho do juiz é claro. Não tem o que discutir. Isso é última instância”. Dietzsch enxerga a posição da Reitoria como um problema ético: “Se nós tivéssemos aqui na USP um ombudsman, ele deveria entrar com

uma representação no Conselho de Ética. Porque isso fere a ética universitária”.

Dietzsch resume sua posição sobre a carta fazendo referência ao texto “Ação do Gatilho: Reitoria faz mais confusão”, publicado no *Informativo Adusp* 280: “Eu concordo totalmente com aquilo que ele diz”. O texto reafirma a obrigação e a responsabilidade da Reitoria em prestar informações corretas sobre a execução da sentença final da ação aos beneficiários e questiona:

“Será que alguém acredita que a sentença ainda não foi executada porque a Adusp não fez as contas do montante devido? Se assim fosse, por que a Reitoria desde o início do ano se recusa a tratar da questão com a Adusp? Nosso ofício de fevereiro solicitando o agendamento de uma reunião permanece sem resposta. A Reitoria não mais dialoga com quem moveu a ação e se dirige diretamente aos docentes, desinformando e confundindo. Por quê?”.

Adusp apresenta recurso ao Co

A sessão de 19/5 da Assembleia permanente da Adusp recomendou que a diretoria avaliasse as possibilidades de recurso ao Conselho Universitário (Co) ou de uma ação judicial pela anulação da reforma da carreira docente. Após examinar as consequências de cada uma das possibilidades em conjunto com a assessoria jurídica, a diretoria da Adusp decidiu por enviar um recurso ao Co, o que foi feito em 20/5.

Abaixo-assinado dos colegas da FFLCH

Essa mudança na carreira docente, apesar de ter sido considerada pelos membros da Comissão de Reforma do Estatuto como amplamente discutida, criou insatisfação muito grande entre docentes. Em particular, os colegas da FFLCH elaboraram um abaixo-assinado contra o desenrolar deste processo. Por decisão assemblear esse abaixo-assinado está na nossa página eletrônica (www.adusp.org.br). Leia-o e assine-o!

MPOG ensaia reduzir regime de dedicação exclusiva nas universidades federais à condição de gratificação

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou a diretores do Andes-Sindicato Nacional, em 13/5, uma proposta preliminar de reestruturação da carreira dos docentes das universidades federais, que teria sido elaborada em conjunto com a Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União e os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação.

A proposta foi apresentada, na mesma data, ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) e ao Fórum de Professores das IFES (Proifes) e, em ocasião anterior, à Associação dos Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Segundo o secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Ferreira, a formatação da proposta se faz urgente em razão do Acórdão 2731/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU). O acórdão determina providências para reduzir as irregularidades e ilegalidades dos vínculos hoje existentes entre as instituições federais de ensino su-

perior (IFES) e as fundações privadas ditas de apoio. Para Duvanier, as modificações propostas na carreira dos docentes das universidades federais contribuiriam para cumprir as determinações do TCU.

A proposta, que ainda está em estudo, prevê mudança no conceito de “Dedicação Exclusiva” (DE), com a criação de uma “Gratificação de Dedicação Exclusiva”. Os docentes passariam a optar semestralmente por essa gratificação e os não optantes passariam a ser docentes em regime integral de 40 horas. A Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemmas) seria extinta.

“Mera gratificação”

O professor Ciro Correia, presidente do Andes-SN, afirmou na ocasião, após ouvir a apresentação do ministério, que a proposta parece ir justamente contra as preocupações do TCU de corrigir os problemas apontados no seu levantamento e as determinações do Acórdão 2731/2008.

“O que precisa ser preservado e valorizado é justamente o conceito atual de dedicação

exclusiva enquanto regime prioritário de trabalho nas universidades públicas, ao contrário de reduzi-lo à condição precarizante de mais uma mera gratificação, como se não bastassem as já existentes! Transformar a DE numa complementação paga como gratificação semestral apenas irá incentivar os professores a se submeterem aos projetos hoje administrados e do interesse de fundações privadas na busca por superar o valor desta gratificação”, disse Ciro.

O presidente do Andes-SN destacou que outros itens da proposta que visam garantir a transparência dos contratos firmados pela universidade – como realizar pagamentos pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), determinar teto para as complementações e recolher Imposto de Renda sobre os montantes pagos – escamoteiam a questão central da coerência dos objetos dos projetos com os propósitos da universidade, que não devem e nem podem se confundir com os de prestação de serviços que não tenham qualquer caráter acadêmico.

“Lógica perversa”

Para Ciro, a lógica que permeia a proposta “é enviesada em relação às determinações do TCU e perversa no sentido de fazer aumentar os problemas hoje já existentes nas carreiras das universidades quanto à precarização e inseguranças remuneratórias e previdenciárias”.

Ainda segundo o professor, nenhum tópico da proposta toca, sequer, na questão central dos problemas levantados pelo TCU: o fato de dirigentes das IFES ocuparem simultaneamente cargos de direção nas administrações das fundações privadas “ditas” de apoio, com as quais estabelecem contratos.

“Para nós, não há nada que justifique a presença dessas entidades privadas dentro das universidades, pois elas desvirtuam a atividade acadêmica com o engodo da autonomia”, acrescentou Ciro. “Na verdade, o que essas fundações fazem é comercializar interesses privados utilizando a estrutura e a capacidade de trabalho das universidades para gerar uma receita que vai parar nas mãos de poucos”.

Reforma na carreira docente em debate

Daniel Garcia

Na manhã de 18/5, como parte das atividades do dia de paralisação, foi realizado o debate Carreira Docente e a Democracia na USP. Integraram a mesa os professores Pablo Ortellado (EACH), representante dos MS-3 no Co, Zilda Iokoi (FFLCH) e Luis Roberto G. Britto, diretor do ICB e membro da Comissão de Reforma do Estatuto (CRE), que propôs a modificação ora em debate. Os demais membros da comissão, professores Glaucius Oliva (IFSC), João Grandino Rodas (FD) e Celso de Barros Gomes (IGC), justificaram a ausência. Carla R. O. Carvalho, diretora da Adusp, coordenou a mesa, destacando a importância e a necessidade de discussão sobre qualquer mudança na carreira docente, tendo em vista as motivações e necessidades da universidade. Comparou o atual processo com o ocorrido em 1988, ocasião em que nada foi votado em bloco.

O professor Britto comentou que, de fato, “há problemas de [falta de] democracia da USP” e que “cerca de 70% dos membros do Co concordam com isto”. Quanto ao processo realizado pela CRE, Britto considerou que não foi “anti-democrático, já que houve nove audiências públicas”, a primeira no campus de Ribeirão Preto, em junho de 2008.

Comentou, ainda, que as propostas geradas a partir dessas audiências, que tiveram “pouca participação da comunidade e mesmo da Adusp”, foram encaminhadas às unidades para apreciação. Segundo Britto, a questão da estrutura de poder será tratada posteriormente. (A ausência da Adusp nas audiências da CRE atendeu às deliberações de suas assembleias, em particular as realizadas em 6/6/07 e 11/6/07, nas quais o plenário reafirmou que para uma reforma estatutária legítima, é necessária a consti-

tuição de uma Assembleia Estatuinte soberana e democrática, com essa finalidade específica e que se dissolva uma vez finalizados os trabalhos.)

Sem projeto

O professor Pablo Ortellado enfatizou a ausência de um projeto para a universidade de que norteie as discussões no Co. Repetiu a crítica ao processo de votação ocorrido em 4/3, no qual as mudanças na carreira foram aprovadas em bloco. Ressaltou ainda que o procedimento de votação foi conturbado, tendo sido utilizadas cédulas improvisadas e não rubricadas. Criticou também a escassa transparência na divulgação das pautas das reuniões do Co (e mesmo das atas) que, com frequência, são enviadas com pouca antecedência.

A professora Zilda Iokoi descreveu, de modo contundente, que o início da discussão sobre a mudança na carreira docente deveu-se ao estrangulamento entre os níveis de professor associado e titular — problema levantado já no III Congresso da USP, em 1987. A solução apresentada pelos professores Carlos Corbett (FM) e Zilda foi a criação de uma função denominada “professor pleno”. Declarou que a discussão sobre esta idéia foi “abortada”, tendo sido substituída pela proposta votada em bloco, de modo completamente atropelado, na reunião de 4/3. Salientou que foram desconsiderados até mesmo pedidos de congregações de unidades da USP para que se estendessem os prazos, o que permitiria um aprofundamento da discussão a respeito de mudanças na carreira docente. A professora sintetizou esse processo como “modernizar para manter tudo como está”.

Houve várias intervenções do plenário questionando as motivações para tanta pressa e expondo o sentimento de

absoluta exclusão da discussão, tão importante para a Universidade e para aqueles que aqui trabalham. A falta de justificativa acadêmica e embasamento teórico foi objeto de fortes críticas por docentes presentes ao debate. Não faltaram questionamentos do tumultuado processo de votação, relatado por vários membros do Co, que retira legitimidade de todo o processo. A resposta objetiva foi nula, ou seja, não houve justificativa acadêmica para propor essa mudança e a idéia do “professor pleno” extinguiu-se, simplesmente, por “não ter sido levantada em praticamente nenhuma das audiências públicas”, segundo Britto.

Ilegalidade

Um outro ponto mereceu destaque por parte do plenário: a flagrante ilegalidade ocorrida na reunião do Co de 4/3, na qual o representante



Britto, Zilda, Carla e Pablo

dos mestres votou como tal, embora seja professor doutor desde dezembro de 2007 (convém lembrar que a mudança proposta foi aprovada com o número mínimo de votos necessários). Ao tomar conhecimento desse fato, a Reitoria solicitou parecer à Consultoria Jurídica, que se pronunciou pela ilegalidade do voto do mencionado conselheiro, mas considerou que, em nome do “princípio da segurança jurídica”, as decisões

do Co deveriam ser mantidas!

O professor Britto comprometeu-se a apoiar a anulação da votação, caso fique comprovada a ilegalidade citada.

Um comentário final: diante da observação do professor Britto de que 70% dos membros do Co admitem ser falha ou insuficiente a democracia praticada na USP, então parece haver um muro intransponível formado pelos 30% que consideram adequada a atual estrutura de poder.

Docentes elegem diretoria e Conselho de Representantes da Adusp em 27 e 28/5

Uma única chapa se inscreveu para concorrer às eleições da diretoria da Adusp, biênio 2009/2011. A chapa “Participação” é encabeçada por João Zanetic (IF) e tem a seguinte composição: primeira vice-presidente- Suzana Salem Vasconcelos (IF), segunda vice-presidente- Elisabetta Santoro (FFLCH), primeira secretária- Heloísa Daruiz Borsari (IME), segunda secretária- Maria de Fátima Simões Francisco (FE), primeiro tesoureiro- Marcelo Pompêo (IB), segundo te-

soureiro- Jessé A. Rebelo de Souza Jr. (EP), diretor regional de Piracicaba- Demóstenes Ferreira da Silva Filho (Esalq), diretor regional de Pirassununga- Andrés Vercik (FZEA), diretor regional de São Carlos- Francisco Vecchia (EESC).

As eleições para a Diretoria da Adusp e parte do Conselho de Representantes (CR) da entidade serão realizadas em 27 e 28/5, das 9 horas às 21 horas, em urnas nas unidades, na sede e subseções regionais da Adusp. Informações sobre

os locais e os horários especiais das urnas nas unidades podem ser obtidas pelos telefones (11) 3091-4465 e 3091-4466.

Nas mesmas datas também serão eleitos representantes titulares e suplentes em diversas unidades da USP para o biênio 2009-2011. As inscrições para chapas se encerraram no dia 15/5 e para representantes em 22/5. Nesta última data encerrou-se o prazo para filiação à Adusp com direito a votar nesta eleição.

EEFE cogita usar norma da Ditadura para expulsar sete estudantes por brincadeira proibida de fim de curso

Praticada há três décadas na Escola de Educação Física e Esporte (EEFE), a brincadeira coletiva denominada “lavagem do corredor” ou “Megaval” resultou da última vez, em 27/11/2008, na instauração de um Processo Administrativo Disciplinar contra sete estudantes da unidade. As punições serão estipuladas com base no antigo Regimento Geral da USP: o decreto 52.906, de 1972.

Segundo a portaria D-EEFE 045/2009, que instaura o processo, assinada pelo vice-diretor Carlos Eduardo Negrão em 2/4/09, os acusados “em tese, promoveram e participaram de evento conhecido na EEFE como Lavagem do Corredor, no dia 27/11/2008, em que o corredor principal de entrada e circulação da Unidade é inteiramente molhado e ensaboado pelos alunos, em horário de funcionamento normal da escola, tumultuando sua utilização e colocando em risco a integridade física das pessoas que transitam pelo local”.

Assim, o processo deve “apurar conduta que implicaria em possíveis violações ao disposto no artigo 250, VII, IX, do Decreto 52.906/72”, além de violações ao Código de Ética (Resolução 4.871/01) e à Portaria D-EEFE 94/06 (que proíbe o “Megaval”).

A portaria já antecipa que os estudantes estão “em princípio, sujeitos à sanção de eliminação do curso, prevista nos artigos 248, IV e 249, IV do referido Decreto”. O destaque está no original, em maiúsculas. Estão ameaçados de expulsão André Gracioso Figueira de Mello, Fernando Guimarães Prota, Victor Matheus da Silva Martins, Pris-

cila do Nascimento Lassie, Juliana Meirelles Palhares, Máira de Matos Rodrigues e Lutfala Guardiola David.

Mural arrancado

Os estudantes têm recebido apoio dos colegas da EEFE: a assembléia de 5/5 manifestou-se contra as punições e em defesa do Megaval. Como o processo é sigiloso, o Centro Acadêmico Ruy Barbosa, por orientação da assembléia, afixou em seu mural os documentos. Porém, “a diretoria da unidade arrancou tudo”, explica Bruno Ribeiro, diretor do CA.

Uma sindicância precedeu o processo disciplinar. Mas “o processo teve início antes que a sindicância fosse concluída”, denuncia Victor Martins, um dos processados. “As coisas estão correndo muito. A diretoria quer a punição até o início de junho”.

O CA contesta a tese do professor Júlio Cerca Serrão, testemunha de acusação, de que houve uma “ampla campanha de conscientização” contra o Megaval em 2007. “Houve algumas reuniões, pouquíssimas, que não foram para a frente. A única coisa que saiu dessa campanha foi um cartaz, elaborado pela ECA Júnior, que coloca a problemática de forma bem superficial”, sustenta Bruno Ribeiro.

De acordo com Victor Martins, o Megaval é atualmente um “rito para terminar o curso”. Para ele, os riscos para os transeuntes são inexistentes: “O Megaval é feito num horário em que as pessoas não estão transitando. E o corredor principal não é a única passagem”.

No dia 14/5, um protesto diante da sala onde se reunia a congregação da unidade,

reivindicando a revogação da Portaria 045/2009, contou com cerca de 70 estudantes. Mas a direção não deixou o assunto entrar na pauta, relata Victor. “É uma questão política, o diretor quer mostrar poder. A lavagem dura dez minutos, no máximo”.

“Unanimidade”

Presidente da Comissão de Graduação, o professor Serrão declarou ao *Informativo Adusp* que em 2006 a congregação decidiu, por unanimidade, proibir o Megaval, porque um aluno sofreu uma queda e desmaiou. “Por sorte uma professora que é médica estava na escola e prestou os primeiros atendimentos”.

A proibição “não é uma decisão arbitrária”, alega Serrão. “Foi amplamente divulgada e negociada com as representações discentes. Havia sido conversado com os alunos, propusemos uma comemoração alternativa que não fosse agressiva”.

Por temerem represálias, os participantes do Megaval enrolam roupas na cabeça, ou usam máscaras. Em 2008, cerca de 30 alunos participaram da brincadeira. Os estudantes criticam a suposta identificação, no processo, de sete responsáveis, que Serrão tenta justificar: “Na verdade começa com máscara e acaba sem máscara. Os identificados já estavam sem máscara, e os que tinham é possível identificar por características físicas”.

“Essa decisão teve como objetivo principal preservar a integridade física não apenas dos alunos participantes, mas de todas as pessoas que circulam pela Escola, incluindo alunos dos cursos comunitários (crianças, idosos, pessoas com deficiência)”, reforça o professor Go Tani, dire-

OPINIÃO DA ADUSP

Brincadeira arriscada, punição desastrosa

A pretendida expulsão de estudantes da EEFE, com base em código disciplinar aprovado em 1972, portanto ainda no período da Ditadura militar, é uma medida tão truculenta e extremada que, se aprovada, dificilmente será mantida, caso os prejudicados a contestem judicialmente. É marcadamente desproporcional.

De todo modo, não se pode ignorar que o “Megaval”, uma tradição na EEFE, implica risco à integridade física das pessoas. É de se esperar que os estudantes possam criar meios mais adequados de assinalar festivamente o final do curso. Caberia à direção da unidade apostar num diálogo efetivo com os estudantes e docentes, capazes de superar essa prática sem necessidade de recorrer a punições draconianas.

tor da EEFE. “A lavagem se faz num corredor com 100 metros de comprimento com muita água e sabão. O objetivo não é lavar o corredor, mas escorregar nele com toda a velocidade”, diz ele.

“No passado tivemos casos de desmaio (bater cabeça no solo), cortes no corpo (vidro quebrado). A Escola não podia esperar por acidentes ainda mais graves para depois tomar a decisão. Nossa instituição forma profissionais para atuarem na manutenção e promoção da saúde e bem-estar da população. Todas as ações implementadas seguiram orientações da Consultoria Jurídica (CJ)”.

“Transgressão”

O professor Oswaldo Ferraz, do Departamento de Pedagogia da EEFE, pondera que o Megaval “tem longa história” na unidade. “Participei, como aluno, da primeira e segunda edição. Historicamente tem sido uma manifestação de brincadeira e transgressão. Tivemos um di-

retor que também participou com os alunos! A princípio pode parecer que não há problemas. Entretanto, temos presenciado situações que me fazem ser contra essa manifestação: patrimônio público quebrado (portas e vidros) e alunos que se machucam. Por essas razões, acho que os alunos deveriam rever esta prática”.

Há dois anos, lembra ele, a EEFE compôs um grupo de trabalho, formado por alunos e professores, que propôs uma campanha educacional sobre o evento. “Foi uma iniciativa interessante. Entretanto, neste ano acho o processo disciplinar adequado, pois a portaria existe e foi aprovada na Congregação. Contudo, o processo disciplinar não esgota as ações que uma instituição educacional deve ter”.

O professor Ferraz discorda de uma eventual expulsão dos alunos: “Considero que a sanção deve ser condizente com a situação e certamente a eliminação não é adequada”.